

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
PARA ELABORAÇÃO DO
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

PRODUTO 2

**DOCUMENTO REFERENCIAL DO
PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL**

MUNICÍPIO DE ITAPARICA - BA

OUTUBRO/2017

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO
BÁSICO DE ITAPARICA**

PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 - Mapa de Localização do Município de Itaparica.....	10
Figura 4.1 - Ondas da mobilização para o Plano Municipal de Saneamento Básico de Itaparica	11

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 - Distribuição das localidades nos distritos.....	9
--	---

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC -	Comitê de Coordenação
CE -	Comitê Executivo
EE -	Equipe de Execução
EMBASA -	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
FUNASA -	Fundação Nacional de Saúde
GT -	Grupo de Trabalho
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PDDU -	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PEAMSS -	Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento
PERS -	Política Estadual de Resíduos Sólidos
PESB -	Política Estadual de Saneamento Básico
PMCS -	Plano de Mobilização e Comunicação Social
PMGIRS -	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PMSB -	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNRS -	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNSB -	Política Nacional de Saneamento Básico
PPA -	Plano Plurianual
RPGA -	Região de Planejamento e Gestão das Águas
SEDUR -	Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
SEPLAN -	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SIHS -	Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1 JUSTIFICATIVA.....	5
2 OBJETIVOS	6
2.1 OBJETIVO GERAL.....	6
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPARICA	7
3.1 HISTÓRICO	7
3.2 LOCALIZAÇÃO.....	8
4 DESENVOLVIMENTO	11
4.1 METODOLOGIA	11
4.1.1 <u>Mobilização interna</u>	12
4.1.2 <u>Mobilização Externa</u>	17
4.1.3 <u>Consulta Pública</u>	21
4.1.4 <u>Comunicação Social</u>	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
ANEXO I – QUESTIONÁRIOS ESTRUTURADOS PARA LEVANTAMENTO DE DADOS JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	28
ANEXO II - TEMAS GERADORES PARA O DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO	35
ANEXO III – MINUTA DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA À PRIMEIRA VERSÃO DO PMSB.....	41
ANEXO IV – MINUTA DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA À PRIMEIRA VERSÃO DO PMSB.....	43
ANEXO V – MINUTA DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APROVAÇÃO DO PMSB	47
ANEXO VI – MINUTA DO DECRETO PARA CRIAÇÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO.....	51

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB é o instrumento de planejamento instituído pela Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. A lei elege o planejamento das ações de saneamento básico como um item fundamental, aliado à regulação, fiscalização, prestação dos serviços, participação e controle social. A elaboração desse plano deve atender aos princípios fundamentais da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, estabelecidos no Art. 2º do capítulo 1, a exemplo da universalização do acesso às quatro componentes, a saber: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Ressalta-se que a quinta componente referente às ações de combate e controle de vetores e reservatórios de doenças, conforme previstas na Lei Estadual de Saneamento, Lei nº 11.172/2008, é transversal a todas as outras. O processo de elaboração do plano será desenvolvido ainda em consonância com os princípios fundamentais da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS explicitados no Art. 6º da Lei nº 12.305/2010. Assim, o plano abrange todos os resíduos definidos no Art. 13 da PNRS e no Art. 12º da Política Estadual de Resíduos Sólidos – PERS, Lei nº 12.932/2014.

A elaboração e edição do plano são de responsabilidade do titular dos serviços, os municípios, como estabelecido no artigo 9º, inciso I, da Lei Federal nº 11.445/2007: “Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto: I – elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei.” Para tal, a Prefeitura Municipal de Itaparica está responsável pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e conta com o apoio técnico do Governo do Estado da Bahia, por meio da assinatura de Acordos de Cooperação Técnica entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia - SIHS e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - SEDUR, e o município de Itaparica, com interveniência da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA e da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN.

Para tanto, a Prefeitura Municipal de Itaparica apresenta o presente documento, intitulado Plano de Mobilização e Comunicação Social, que compõe a integralidade do planejamento das ações de saneamento básico no município de Itaparica em oito produtos, a saber:

PRODUTO 1: Plano de Trabalho;

PRODUTO 2: Plano de Mobilização e Comunicação Social;

PRODUTO 3: Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico e Caracterização Socioeconômica e Ambiental;

PRODUTO 4: Prognóstico e Planejamento Estratégico, Cenários de Referência, Programas, Projetos e Ações;

PRODUTO 5: Proposição de Mecanismos e Procedimentos para Avaliação da Eficiência e Eficácia das Ações Programadas;

PRODUTO 6: Relatório Síntese do PMSB;

PRODUTO 7: Proposta de Anteprojeto de Lei ou de Decreto para aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

PRODUTO 8: Relatório Final.

1 JUSTIFICATIVA

O Plano de Mobilização e Comunicação Social tem relevante importância no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico considerando que dele constam não só os objetivos, mas principalmente as estratégias e metodologias para a identificação dos atores sociais de Itaparica, para efetivar o mapeamento e diagnóstico participativo da realidade local quanto ao saneamento básico e levantar proposições de ações, projetos e programas junto à população. Atividades estas perpassadas por uma comunicação objetiva, clara e acessível ao público participante que a partir da democratização das informações ampliará seu conhecimento sobre o saneamento e contribuirá para as tomadas de decisões. Esses pontos ganham destaque em função do que representam em relação ao controle social, princípio fundamental da Política Nacional de Saneamento Básico, definido como:

“...conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”.
(BRASIL, 2007)

O controle social aqui compreendido refere-se a atuação de setores organizados da sociedade civil na gestão de políticas públicas, no controle das ações do Estado buscando dar visibilidade às suas necessidades e ao atendimento as suas demandas. A partir da redemocratização do Brasil, na década de 1980, a participação social na área pública se deu de forma organizada e ativa contribuindo na formulação de planos, programas e projetos, além de acompanhar a execução e definir alocação de recursos visando minimizar as questões sociais. O saneamento básico é uma das áreas públicas em que o controle social figura como princípio fundamental.

A participação e o controle social estão presentes ainda no Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento – PEAMSS, cujo caderno metodológico foi publicado pelo Ministério das Cidades em 2009. Dentre as diretrizes do programa destacam-se sobre o tema:

- Participação comunitária e controle social: interação articulada e propositiva na formulação de políticas públicas, na construção de planos municipais de saneamento básico, nos planos diretores municipais e setoriais, análise de estudos e projetos, acompanhamento de obras e gestão de serviços;
- Ênfase na escala da localidade: participação facilitada pela escala local, com laços territoriais, econômicos e culturais ligados à identidade e pertencimento;
- Respeito às culturas locais: considerar a diversidade cultural, a riqueza de olhares e percepções sobre a realidade;
- Uso de tecnologias sociais sustentáveis: uso de tecnologias que consideram o conhecimento popular e aplicação simples, de baixo custo e impacto.

O PEAMSS também orienta quanto a elaboração do diagnóstico participativo, definindo três momentos de planejamento: a) levantamento de informações e identificação de cenários; b) sistematização das informações com priorização dos problemas e desenho de desafios; c) socialização das informações.

A mobilização social aqui compreendida refere-se à convocatória de vontades para que um grupo de pessoas, uma comunidade, uma sociedade decida e atue com um objetivo comum, no caso o planejamento do saneamento básico em Itaparica. Segundo Toro & Werneck (1997), mobilizar “é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. E a comunicação se insere neste contexto como um ato mobilizador de compartilhamento de discurso, visões e informações.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O Plano de Mobilização e Comunicação Social tem por objetivo geral definir os mecanismos, procedimentos e metodologias de mobilização e comunicação social a serem desenvolvidos para informar, sensibilizar, mobilizar, promover e garantir a participação e o controle social da população de Itaparica (sede, distritos e localidades) nas etapas de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, destacando a importância e necessidade de participação, em conformidade com a Política Nacional de Saneamento Básico - PNSB, instituída pela Lei Federal nº 11.445/2007, e a Política Estadual de Saneamento Básico - PESB, instituída pela Lei Estadual nº 11.172/2008.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Dentre os objetivos específicos da mobilização e comunicação social, destacam-se:

- Sensibilizar gestores e técnicos municipais para o envolvimento na execução das etapas de elaboração do PMSB;
- Capacitar gestores e técnicos municipais sobre saneamento básico, PMSB, participação e controle social, mobilização e comunicação social, metodologias participativas de planejamento para atuação nas etapas de elaboração do PMSB;
- Identificar atores sociais para participação ativa nas etapas de elaboração do PMSB;
- Informar, sensibilizar, mobilizar, promover e garantir a participação da população, tanto da zona urbana quanto da rural, sobre/para as questões do saneamento básico, combate e controle a vetores e reservatórios de doenças e atividades relevantes para a promoção da saúde e qualidade de vida;
- Desenvolver espaços de acolhida e diálogo à população em relação as questões do saneamento básico e de combate e controle a vetores e reservatórios de doenças e atividades relevantes para a promoção da saúde e qualidade de vida;
- Disseminar o acesso a informação, documentos, propostas e resultados, bem como de canais de recebimento de sugestões, críticas e elogios;
- Otimizar e/ou desenvolver canais de comunicação para disseminação de informações sobre saneamento básico e o PMSB;
- Legitimar a participação popular no processo de planejamento, desenvolvimento, implantação, acompanhamento, avaliação e revisão do PMSB;
- Elaborar cronograma de execução das etapas do PMSB.

Em relação as etapas de implantação do PMSB, são objetivos específicos:

- Realizar reunião de partida com representantes de governos estadual e municipal e da sociedade civil;
- Designar órgão municipal para a secretaria técnica do PMSB;
- Constituir formalmente por meio de instrumento legal o Grupo de Trabalho - GT composto por duas instâncias: a) Comitê de Coordenação - CC; e b) Comitê Executivo - CE;
- Capacitar gestores e técnicos municipais;
- Definir setores de mobilização;
- Caracterizar e diagnosticar o município e os serviços de saneamento básico;
- Realizar oficina de diagnóstico participativo;
- Realizar oficina de validação do diagnóstico, estudo de cenários, prognósticos, programas, projetos e ações;
- Realizar consulta pública ao PMSB;
- Realizar audiência pública para validação do PMSB.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPARICA

3.1 HISTÓRICO

Os primeiros habitantes da região de Itaparica eram os índios tupinambás, com destaque nos registros históricos de que em 1510 o navegador português Diogo Álvaro Corrêa, o Caramuru, se enamorou da índia Paraguaçu, filha do cacique Taparica, se casou com ela. Em 1552 a terra foi doada pelo governador geral Tomé de Souza como sesmaria ao Conde de Castanheiras. Ao longo do tempo, foram vários os donatários até 1763, a maior ilha da colônia foi incorporada aos bens da cora pelo governo da metrópole. No entanto, diante dos protestos dos herdeiros, em 1788 coloca as terras nas mãos da marquesa de Niza.

Em 1560, os jesuítas fundam o primeiro núcleo de povoamento na contra costa, onde hoje está a Vila de Baiacu, e erguem a igreja do Senhor de Vera Cruz que deu nome ao lugar, elevando o local a categoria de freguesia em 1563. Os jesuítas fizeram na vila a primeira obra de engenharia hidráulica, uma barragem para suprimento de água potável da povoação. No início do século XVI, se introduz na ilha de Itaparica as culturas da cana-de-açúcar e do trigo e a criação de gado bovino.

Muito visada por forças estrangeiras por suas riquezas, a ilha passou por várias tentativas de invasão e combates como o de 1587 contra corsários ingleses; em 1600, 1622, 1624 e 1647 contra as incursões holandesas, sendo esta última em retaliação a derrota sofrida por eles em Penedo. Numa das invasões, construíram um forte que mais tarde tornou-se a Fortaleza de São Lourenço.

A ilha de Itaparica sediou estaleiros, sendo que dali saiu a primeira quilha da Marinha de Guerra do Brasil, além de estarem instaladas cinco destilarias de aguardentes, fábricas de cal-nove no início do século XIX. A maior atividade econômica da ilha foi a pesca da baleia, principalmente entre os séculos XVII e XVIII, sendo que era conhecida por Arraial da Ponta das Baleias. A primeira máquina a vapor do Brasil foi instalada lá, no Engenho Ingá-Açú.

Pela sua importância, com sobrados coloniais, hospedou os imperadores D. Pedro I e D. Pedro II.

Entre 1822 e 1823, durante a Guerra da Independência, ocorreram fatos relevantes com o destaque de chefes militares e heróis como João das Botas, comandante das forças navais libertadoras. Entre 1837 e 1838, durante a Sabinada, instalou-se em Itaparica por algumas semanas a sede provisória do governo da Bahia. A travessia entre a vila e Salvador, capital da província da Bahia, foi inaugurada em 1878, com um serviço de navegação à vapor.

A Fonte da Bica foi construída em 1842, sendo em 1937, oficializado o município como Estância Hidromineral em função da grande procura por suas águas curativas e local de repouso, sendo a única do país à beira-mar. O vocábulo Itaparica é tupi e significa “cerca feita de pedras”, em função dos arrecifes que contornam toda a costa da ilha.

A formação administrativa de Itaparica tem o seguinte histórico:

- 1575 – Sesmaria doada pelo governador geral Tomé de Souza ao Conde de Castanheiras.
- 1788 – Sesmaria sob responsabilidade da marquesa de Niza.
- 1563 – Povoado elevado à categoria de freguesia.
- 02/12/1814 – Criado o distrito de Itaparica, por Resolução Régia
- 19/01/1815 – Alvará subordina Itaparica ao município de São Salvador.
- 25/10/1831 – Decreto eleva à categoria de vila denominada Itaparica.
- 31/10/1890 – Elevado à condição de cidade com denominação de Itaparica.
- 1911 – Divisão administrativa constitui cinco distritos: Itaparica, Jaburu, Salinas da Margarida, Santo Amaro do Catu e Vera Cruz.

- 01/09/1920 – Recenseamento geral mantém os cinco distritos, mas substituindo o de Vera Cruz por Barra do Gil: Itaparica, Barra do Gil, Jaburu, Salinas da Margarida e Santo Amaro do Catu.
- 23/04/1932 – Decreto Estadual nº 8044 cria o distrito de Encarnação e o anexa ao município de Itaparica.
- 12/05/1932 – Decreto Estadual nº 8055 cria o distrito de Manguinhos e o anexa ao município de Itaparica.
- 01/06/1933 – Decreto Estadual nº 8462 cria o distrito de Santo Antônio dos Navegantes e o anexa ao município de Itaparica.
- 02/06/1933 – Decreto Estadual nº 8469 cria o distrito de Ponta Alegre e o anexa ao município de Itaparica.
- 22/09/1933 – Decreto Estadual nº 8647 o distrito de Manguinhos toma a denominação de Amoreira.
- 24/07/1933 – Decreto Estadual nº 8557 o distrito de Santo Antônio de Catu tomou a denominação de Santo Amaro de Itaparica.
- 1933 – Município constituído por nove distritos: Itaparica, Amoreira (ex-Manguinhos), Encarnação, Jaburu, Ponta Alegre, Salinas da Margarida, Santo Amaro de Itaparica (ex-Santo Amaro do Catu), Santo Antônio dos Navegantes, Santo Antônio dos Valasques e Vera Cruz.
- 31/12/1936 e 31/12/1937 - Município constituído por 11 distritos: Itaparica, Amoreira, Encarnação, Duro, Jaburu, Penha, Ponta Alegre, Salinas da Margarida, Santo Amaro de Itaparica, Santo Antônio dos Navegantes, Santo Antônio dos Valasques e Vera Cruz.
- 30/11/1938 – Decreto Estadual nº 11089 faz várias alterações nos distritos: Ponta Alegre passa a ser denominado por Cacha Pregos; Santo Amaro de Itaparica passa a ser São Lourenço; Duro a Mar Grande; Penha a Vera Cruz; Salinas da Margarida a Salinas e extinguiu Vera Cruz.
- 1939 a 1943 – Município constituído por seis distritos: Itaparica, Cacha Pregos (ex-Ponta Alegre), Mar Grande (ex-Duro), Salinas (ex-Salinas da Margarida), São Lourenço (ex-Santo Amaro de Itaparica), Vera Cruz (ex-Penha).
- 31/12/1943 – Decreto-lei Estadual nº 141 ratifica o Decreto Estadual nº 12978, de 01/06/1944, denominando os distritos de São Lourenço como Jiribatuba, Salinas por Salinas da Margarida e Vera Cruz por Vera Cruz de Itaparica.
- 01/07/1950 - Município constituído por seis distritos: Itaparica, Cacha Pregos, Mar Grande, Salinas da Margarida (ex-Salinas), Jiribatuba (ex-São Lourenço), Vera Cruz de Itaparica (ex-Vera Cruz).
- 01/07/1960 – Permanece a divisão territorial anterior.
- 27/07/1962 – Lei Estadual nº 1755 desmembra do município de Itaparica o distrito de Salinas da Margarida, que é elevado à categoria de município.
- 30/07/1962 – Lei Estadual nº 1773 desmembra do município de Itaparica os distritos de Vera Cruz, Cacha Pregos, Jiribatuba e Mar Grande, constituindo um novo município com denominação de Vera Cruz.
- 31/12/1963 – O município é constituído pelo distrito sede, permanecendo assim até 2007.

3.2 LOCALIZAÇÃO

O município de Itaparica está localizado na Ilha de Itaparica, pertencente à Região Metropolitana de Salvador e está inserido no Território de Identidade Metropolitana de Salvador e faz limite com o município de Salvador pela Baía de Todos os Santos (Norte e Leste), Vera Cruz (ao Sul) e Salinas da Margarida pela contra costa (a Oeste), abrangendo uma área territorial total de aproximadamente 118,04 km². O município de Itaparica apresenta apenas um distrito, conforme informação do IBGE, sendo ele, o distrito sede de Itaparica, possuindo, entretanto, oito localidades de destaque além da sede distribuídas conforme **Quadro 3.1**:

Quadro 3.1 - Distribuição das localidades nos distritos

DISTRITO	LOCALIDADE	DISTÂNCIA EM RELAÇÃO À SEDE (Km)
ITAPARICA	ITAPARICA (sede)	0
	Ponta de Areia	3,33
	Amoreiras	4,33
	Manguinhos	5,82
	Porto dos Santos	7,25
	Bom Despacho	9,13
	Barro Branco	2,94
	Rodotec	4,65
	Misericórdia	6,25

O município está localizado na Região de Planejamento e Gestão das Águas - RPGA do Recôncavo Sul e não possui nenhum rio de maior destaque, possuindo, entretanto, corpos hídricos de pouca relevância como os rios/córregos da Prata, do Tanque e Jacaré, que cortam o seu território.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 METODOLOGIA

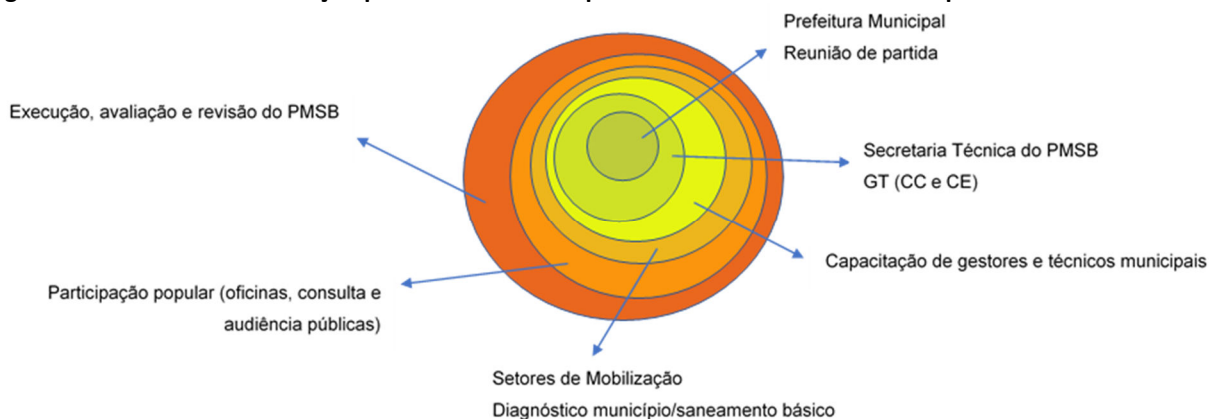
O Plano de Mobilização e Comunicação Social deve ser elaborado na fase inicial do processo de construção do Plano Municipal de Saneamento Básico, definindo mecanismos, procedimentos e metodologias a serem desenvolvidos ao longo de todas as etapas de elaboração do planejamento do setor no município atendendo à legislação, o documento Orientações Básicas para Desenvolvimento de Planos Municipais de Saneamento Básico, da SIHS, e as diretrizes do PEAMSS.

Conforme as etapas estabelecidas para a elaboração do PMSB, as ações podem ser divididas em mobilização interna, envolvendo os órgãos públicos municipais e seus funcionários, e outra externa, para a população em geral, habitantes das zonas urbana e rural. Nesse sentido, sugere-se a aplicação da metodologia das ondas de mobilização (**Figura 4.1**), assim descrita pelo consultor em Mobilização Social, Rodolfo Alexandre Inácio Cascão:

“As ondas da mobilização social iniciam com o estabelecimento de um núcleo gestor – a primeira onda – definidora das estratégias de ação consolidadas em um plano de mobilização social que identifica e articula as organizações sociais prioritárias a serem envolvidas. Em seguida, a cadência da segunda onda, com a constituição da rede de parcerias, que assumem a causa e esses pontos da rede passam a agir como multiplicadores em seus grupos de abrangência, inclusive atuando na adesão de outras entidades e instituições. Por fim, quando já se percebe uma capilaridade instalada e um caldo de receptividade nas pessoas, um “disse me disse”, um imaginário no ar... Estão criadas as condições objetivas e subjetivas para o disparo de uma ação de massa, visando atingir a cidade e o cidadão. É a terceira onda que avança para conferir visibilidade e legitimidade à causa pública. Esse percurso pode não ser tão linear assim – misturando, invertendo, criando ondas – a depender da análise crítica que o núcleo gestor faça frente ao contexto dado”.

(BAHIA, 2015, p.51)

Figura 4.1 - Ondas da mobilização para o Plano Municipal de Saneamento Básico de Itaparica



Neste caso, a mobilização iniciaria em âmbito interno com a própria prefeitura municipal assumindo o compromisso de promover a elaboração do PMSB, instituindo uma Secretaria Técnica para coordenar as etapas. Na sequência convocaria uma reunião de partida com participação ampla de representantes de instituições municipais e estaduais, e da sociedade civil para apresentar a proposta de planejamento do saneamento básico. Um Grupo de Trabalho – GT deve ser composto por representantes dos órgãos municipais e estaduais, dividido em dois comitês: coordenação e execução. Os gestores e técnicos da municipalidade serão capacitados nas questões do saneamento básico e os temas que envolvem a elaboração do PMSB, bem como serão definidos os setores de mobilização social e realizado levantamento de dados para fechar o diagnóstico técnico do município que posteriormente agregará as contribuições da população finalizando um documento técnico e participativo.

Estruturada e consolidada a etapa de mobilização interna, o PMCS avança em âmbito externo, com intensificação das ações de comunicação com foco informativo, educativo e convocatório para a realização das oficinas, consulta e audiência públicas com a participação do maior número de pessoas possível. Ações de comunicação social serão desenvolvidas de forma transversal, como componente integrado à mobilização, potencializando os meios de comunicação formais e informais habitualmente utilizados e criando outros que se fizerem necessários a cada etapa de construção do PMSB.

Para alcançar o objetivo de envolver a população na discussão das questões de saneamento básico, construção do diagnóstico, proposição de programas, projetos e ações e elaboração do documento final do PMSB, a metodologia prevê uma série de atividades, conforme segue e que serão melhor detalhadas a seguir:

- Realizar reunião de partida com representantes de governos estadual e municipal e da sociedade civil;
- Designar órgão municipal para a secretaria técnica do PMSB;
- Constituir formalmente por meio de instrumento legal o Grupo de Trabalho - GT composto por duas instâncias: a) Comitê de Coordenação - CC; e b) Comitê Executivo - CE;
- Capacitar gestores e técnicos municipais;
- Definir setores de mobilização;
- Caracterizar e diagnosticar o município e os serviços de saneamento básico;
- Realizar oficina de diagnóstico participativo;
- Realizar oficina de validação do diagnóstico, estudo de cenários, prognósticos, programas, projetos e ações;
- Realizar consulta pública ao PMSB;
- Realizar audiência pública para validação do PMSB.

A metodologia adotada no Plano de Mobilização e Comunicação Social para a elaboração do PMSB considera ainda as diretrizes da PNSB, instituída pela Lei Federal nº 11.445/2007 e regulamentada pelos Decretos Federais nº 7.217/2010 e nº 8.629/2015; da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; pelo Estatuto das Cidades, estabelecido pela Lei Federal nº 10.257/2001; PEAMSS/2009; pela PESB, instituída pela Lei Estadual nº 11.172/2008 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 11.429/2009; das Orientações Básicas para Desenvolvimento de Planos Municipais de Saneamento Básico, da SIHS.

4.1.1 Mobilização interna

Seguindo as ondas de mobilização que partem de um núcleo central constituído pela Prefeitura Municipal de Itaparica, as ondas se expandem sendo representadas pelas seguintes ações:

- Realizar reunião de partida com representantes de governos estadual e municipal e da sociedade civil;
- Designar órgão municipal para a secretaria técnica do PMSB;
- Constituir formalmente por meio de instrumento legal o Grupo de Trabalho - GT composto por duas instâncias: a) Comitê de Coordenação - CC; e b) Comitê Executivo - CE;
- Capacitar gestores e técnicos municipais;
- Definir setores de mobilização;
- Caracterizar e diagnosticar o município e os serviços de saneamento básico.

A mobilização interna abrange os órgãos públicos, com os gestores e técnicos disseminando informações sobre o PMSB passadas na reunião de partida em, por exemplo, atividades/eventos já pré-estabelecidos nos cronogramas dos órgãos públicos, principalmente daqueles com mais interface com o saneamento básico como Saúde, Educação, Infraestrutura, Meio Ambiente, Desenvolvimento

Social e Rural, ampliando a divulgação do planejamento, do qual a população é protagonista. Os gestores e técnicos assumem o papel de reeditores das informações junto aos públicos, interno e externo, atendidos se utilizando de espaços como reuniões de equipe, palestras, capacitações, campanhas, eventos, fóruns, etc.

A intenção é que todo o corpo funcional saiba que o município está elaborando o PMSB, agregando cada funcionário como um agente multiplicador de informações e, portanto, um mobilizador, além de ser ele próprio na maioria das vezes habitante e usuário dos serviços de saneamento básico.

Para que essas intervenções de comunicação sobre o PMSB possam ocorrer, pode-se desenvolver um material de apoio e providências como:

- Folder e/ou panfleto;
- Apresentação em *Power Point*;
- Estruturação de pauta considerando o tempo de evento ou participação em atividades;
- Articulação entre o GT e os órgãos públicos para identificar calendário de eventos (reuniões, campanhas, salas de espera, cursos, fóruns, seminários, etc.) e possibilidade de participação neles abordando o PMSB;
- Articulação entre o GT e os órgãos públicos para identificar e definir o melhor formato de evento (palestra, capacitação, encontro) para cada área de interação com o saneamento básico (saúde, educação, meio ambiente, cultura, etc.).

Essas atividades devem ser constantes, ou seja, requerem uma dedicação contínua e produção de resultados quotidianamente. Segundo Toro & Werneck (1997) “uma das formas de se alcançar a coletivização é através da circulação de informações, da divulgação do que está acontecendo nas diversas frentes”. Os autores destacam ainda que:

“No caso da mobilização, o foco é no compartilhamento da informação (não simplesmente na sua circulação) e o resultado desejado é que as pessoas formem opiniões próprias, se disponham a agir e ajam. E mais, que se sintam donas dessa informação, repassem-na, utilizem-na e se tornem elas próprias fontes de novas informações. Para o sucesso de uma mobilização é preciso que todos que dela participam tenham um comportamento comunicativo, tenham interesse e disposição para consumir e fornecer informações”.

(TORO & WERNEK, 1997)

4.1.1.1 Reunião de partida com representantes do governo estadual e municipal e da sociedade civil

A atividade tem por objetivo apresentar a PNSB e o compromisso do município em promover a elaboração do PMSB, promovendo suas etapas assegurando a participação social no levantamento de dados sobre as questões de saneamento básico para a construção do diagnóstico participativo, discutindo e sugerindo ações, projetos e programas para o setor e validando o plano.

Sobre o planejamento da atividade, segue resumo esquemático de orientação.

PLANEJAMENTO	DESENVOLVIMENTO
Público	Participação de representantes dos governos estadual – SIHS, Secretaria de Planejamento – SEPLAN, Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – EMBASA; das diretorias e órgãos municipais, principalmente aqueles com integração com o saneamento básico, destacando as áreas de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Rural/Pesca, Turismo/Lazer, Infraestrutura/Obras; Câmara de Vereadores; e sociedade civil com lideranças formais ou informais
Local	De fácil acesso como Câmara ou Prefeitura Municipal
Convite/Mobilização	Por meio de ofício aos órgãos estaduais e municipais e lideranças formais. Importante contato por telefone, celular, <i>e-mail</i> , <i>WhatsApp</i> para confirmar recebimento e participação. Contato pessoal com as lideranças para apresentar a pauta da reunião e importância da participação
Material de apoio	Apresentação em <i>Power Point</i> com conteúdo sobre a PNSB, PMSB em mensagem clara, objetiva e acessível ao público, integrando linguagens textual e visual; utilização de vídeo sobre meio ambiente, saneamento, participação e controle social
Evidências	Lista de presença, fotografia, ata

4.1.1.2 Secretaria Técnica - ST

A Prefeitura Municipal deverá identificar em seu organograma, qual o melhor órgão para a função de secretaria técnica do processo que promoverá a elaboração do PMSB como, por exemplo, a secretaria de Obras.

Sobre o planejamento da atividade, segue resumo esquemático de orientação.

PLANEJAMENTO	DESENVOLVIMENTO
Nomeação	Instituir formalmente por meio de portaria/decreto

4.1.1.3 Grupo de Trabalho - GT

Além da Secretaria Técnica, o PMSB prevê um Grupo de Trabalho para conduzir o processo de elaboração do PMSB. Ele é subdividido em dois comitês que assumirão as funções de coordenação e de execução do plano, conforme descrito a seguir:

- Comitê de Coordenação: caráter deliberativo, formalmente institucionalizado (portaria, decreto, etc.), responsável pela coordenação, condução e acompanhamento da elaboração da proposta do PMSB, constituída por representantes, com função dirigente, das instituições públicas federal, estadual, regional e municipal e da sociedade civil, relacionadas ao saneamento básico como a EMBASA, e as áreas de saúde, obras e urbanismo, planejamento, desenvolvimentos econômico e social, meio ambiente, educação, agricultura, entre outros. Recomenda-se que quando existirem sejam incluídos representantes dos Conselhos Municipais da Cidade, de Saneamento, de Saúde, de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano; da Câmara de Vereadores, do Ministério Público e de organizações da sociedade civil (entidades profissionais, empresariais, movimentos

sociais e ONGs, outros). Deverá ter um representante da SIHS, que atuará como mediador/orientador das discussões do comitê.

Suas atribuições são:

- Avaliar e aprovar os produtos resultantes das oficinas, consulta e audiência públicas, bem como as contribuições do Comitê Executivo;
 - Criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental;
 - Realizar reuniões em intervalos de tempo a serem definidos.
- b) Comitê Executivo: caráter executivo, responsável pela operacionalização e tomadas de decisão estratégicas referentes ao processo de elaboração do PMSB. Sua composição é multidisciplinar e inclui técnicos dos órgãos e entidades municipais com atuação no saneamento básico, como a EMBASA, e as áreas de saúde, obras e urbanismo, planejamento, desenvolvimentos econômico e social, meio ambiente, educação, agricultura, entre outros. Recomenda-se que quando existirem sejam inclusos representantes dos Conselhos Municipais da Cidade, de Saneamento, de Saúde, de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano; da Câmara de Vereadores, do Ministério Público e de organizações da sociedade civil (entidades profissionais, empresariais, movimentos sociais e ONGs, outros).

Suas atribuições são:

- Executar todas as ações previstas apreciando as atividades de cada fase da elaboração do PMSB e de cada produto gerado a partir delas;
- Observar os prazos indicados no cronograma de execução para finalização dos produtos a serem gerados;
- Realizar reuniões em intervalos de tempo a serem definidos.

Sobre o planejamento da atividade, segue resumo esquemático de orientação.

PLANEJAMENTO	DESENVOLVIMENTO
Nomeação	Instituir formalmente por meio de portaria/decreto

4.1.1.4 Capacitação de gestores e técnicos municipais

Definido o GT e seus comitês, é importante a capacitação dos gestores, técnicos e demais corpo funcional municipal que atuará como mobilizador e/ou coordenador das atividades previstas (oficinas, consulta e audiência públicas). Essa capacitação abordará saneamento básico, PMSB, participação e controle social, mobilização e comunicação social, metodologias participativas de planejamento para atuação nas etapas de elaboração do PMSB. Seu objetivo é contribuir para a formação de multiplicadores, mobilizadores sociais e/ou coordenadores que atuarão nas ações previstas.

Sugere-se a seguinte programação para a capacitação de gestores e técnicos com duração de 8 horas:

ATIVIDADE	HORÁRIO
Abertura com boas vindas; apresentação do objetivo/programação; dinâmica de apresentação dos participantes	20 minutos
Vídeo para sensibilização	10 minutos
Apresentação sobre saneamento básico, PMSB, participação e controle social, mobilização e comunicação social, metodologias participativas de planejamento para atuação nas etapas de elaboração do PMSB	50 minutos
Dinâmica para composição de grupos de trabalho	10 minutos
Grupo de trabalho para discussão sobre os temas apresentados a partir de textos orientadores	50 minutos
Intervalo para lanche	15 minutos
Planejamento das oficinas, consulta e audiência públicas	85 minutos
Intervalo para almoço	90 minutos
Dinâmica de integração	10 minutos
Construção do Biomapa	50 minutos
Apresentação do diagnóstico técnico	50 minutos
Intervalo para lanche	15 minutos
Sistematização dos encaminhamentos e definição de estratégias de planejamento	90 minutos
Avaliação e encerramento	15 minutos

Sobre o planejamento da atividade, segue resumo esquemático de orientação.

PLANEJAMENTO	DESENVOLVIMENTO
Público	Até 50 pessoas, funcionários públicos municipais dentre os quais, agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde, diretores de escola, coordenadores pedagógicos, professores, assistentes sociais, engenheiros
Local	Auditório com cadeiras móveis
Duração	8 horas
Convite/Mobilização	Contato pessoal com os participantes para expor a programação; envio de ofício para os órgãos para liberação dos funcionários; <i>Facebook</i> ; grupos no <i>WhatsApp</i> ; contato direto com gestores;
Coordenação	GT
Metodologia	Participativa; dialógica; expositiva, trabalho em subgrupos com discussão sobre os temas; prática com exercício de construção das oficinas, consulta e audiência públicas; exibição de vídeo; leitura de texto
Linguagem	Adequada às características do público participante
Recursos	Equipamento de sonorização, <i>Datashow</i> , telão, papel <i>craf</i> , canetas coloridas, mapa do território das localidades, papel branco, cartolinas, fita crepe
Material de apoio	Apresentação em <i>Power Point</i> sobre saneamento básico, PMSB, participação e controle social, mobilização e comunicação social, metodologias participativas de planejamento para atuação nas etapas de elaboração do PMSB, principais pontos do diagnóstico técnico sobre a caracterização do município e da prestação dos serviços de saneamento básico e etapas de elaboração do PMSB
Evidências	Lista de presença, fotografia, material de apoio

4.1.1.5 Setores de Mobilização

A metodologia do PMSB prevê que toda a população seja envolvida na discussão e elaboração de propostas para a melhoria da prestação dos serviços de saneamento básico. Para atender a tamanha demanda, o município deve ser dividido em Setores de Mobilização agrupando localidades próximas visando a realização dos eventos com participação popular: oficinas, consulta e audiência pública. Essa divisão deverá considerar alguns fatores como os relacionados abaixo e ser definida pelo GT:

- ✓ A própria organização territorial do município e identitária das comunidades;
- ✓ Setorização utilizada pela área de Saúde;
- ✓ Disponibilidade de espaços físicos, infraestrutura e pessoal para a realização das atividades;
- ✓ Disponibilidade de transporte para deslocamentos;
- ✓ Disponibilidade de recursos financeiros para a realização dos eventos, alimentação, material de divulgação e apoio.

4.1.1.6 Caracterização e diagnóstico técnico do município e dos serviços de saneamento básico

A atividade tem por objetivo a caracterização técnica do município e dos serviços de saneamento básico pelo GT, bem como identificar os atores públicos municipais e sociais como lideranças formais e informais. Consiste no levantamento de dados primários e secundários junto aos órgãos municipais e visitas à campo com contato com a população individualmente ou por meio das entidades como associações de moradores ou de classe.

Para o levantamento de dados junto aos órgãos municipais, sugere-se a utilização de um questionário estruturado com perguntas sobre cada área, disponíveis no **Anexo I**, bem como a elaboração de uma planilha de contatos (órgão/entidade, nome do representante, cargo/função, telefone, celular, e-mail).

As informações sistematizadas no diagnóstico técnico subsidiarão a tomada de decisão do planejamento das etapas do plano de mobilização como, por exemplo, a disponibilidade de espaços e equipamentos para a realização das reuniões; identificação de atores sociais para mobilizar visando a participação; conhecer as questões socioambientais para municiar o desenvolvimento das oficinas.

Sobre o planejamento da atividade, segue resumo esquemático de orientação.

PLANEJAMENTO	DESENVOLVIMENTO
Dados primários	Utilização de questionário estruturado, entrevista com gestores e técnicos municipais e atores sociais
Dados secundários	Pesquisa física e virtual sobre dados já existentes e sistematizados
Visita à campo	Contatar as lideranças comunitárias formais e informais e a partir delas iniciar a visita à localidade para identificar as questões do saneamento básico e a organização comunitária e suas demandas
Recursos	Máquina fotográfica, caneta, caderno

4.1.2 Mobilização Externa

Seguindo as ondas de mobilização que partem de um núcleo central constituído pela Prefeitura Municipal de Itaparica, seguindo pelas instâncias internas, as ondas se expandem agora para a mobilização externa, atingindo toda a sociedade com o desenvolvimento das seguintes ações:

- Realizar oficina de diagnóstico participativo;
- Realizar oficina de validação do diagnóstico, estudo de cenários, prognósticos, programas, projetos e ações;
- Realizar consulta pública ao PMSB;
- Realizar audiência pública para validação do PMSB.

A mobilização externa abrange todos os moradores de Itaparica, da sede, distritos e localidades sendo necessário investir nas estratégias de mobilização e comunicação social para sensibilizar o maior número possível de pessoas, convidando-as a participarem das etapas de elaboração do PMSB, conforme descritas a seguir.

4.1.2.1 Oficina de Diagnóstico Participativo

A primeira das duas oficinas estabelecidas visando a participação social no PMSB tem como objetivo a elaboração do diagnóstico participativo da caracterização do município e dos serviços de saneamento básico. Sugere-se a aplicação da metodologia do Biomapa, uma forma de construção do diagnóstico e planejamento onde cada participante conhece e se reconhece no território de intervenção colaborando com seu conhecimento, vivência, sugestões e apresentando demandas de melhorias do saneamento básico. A partir das inter-relações dos participantes com seus ambientes, é possível ampliar a percepção dos impactos diretos e indiretos de suas ações.

Com o auxílio de um mapa cartográfico impresso de cada distrito e/ou localidade, os participantes vão identificando e mapeando cada componente do saneamento básico, bem como outros aspectos interligados como elementos biofísicos e socioculturais. Dessa forma, promove-se o conhecimento popular abrangendo diversas dimensões como ética, social, econômica, cultural, ambiental e educativa, por exemplo. Participam da oficina, além da população, integrantes do GT que podem complementar dados se baseando no diagnóstico técnico previamente elaborado, esclarecer dúvidas e trocar informações com os presentes.

A metodologia do Biomapa pode ser implantada com a participação da comunidade em três diferentes graus conforme descrito abaixo:

- ✓ Participação consultiva: especialistas criam os mapas e a comunidade acompanha a produção, trocando informações e conhecimentos com eles, mas não participam ativamente na elaboração;
- ✓ Participação cooperativa: especialistas e comunidade criam em conjunto os mapas, a comunidade coleta dados e os identifica no mapa com a orientação e direção do especialista;
- ✓ Participação autogerida: a comunidade cria os mapas tomando suas decisões sobre quais características traçar e relevância das informações, os especialistas são apenas consultados.

Sugere-se adotar a participação cooperativa, pois a autogerida, apesar de mais representativa, pode não contemplar toda a informação desejada em função de haver um objetivo específico: o PMSB.

Além da base cartográfica impressa em tamanho compatível para receber a identificação dos elementos, é preciso definir quais as formas de sinalização desses itens como a utilização de fotos, imagens, desenhos, pinturas, figuras, cores, ícones ou outros elementos. Outro ponto importante do planejamento é definir a equipe que vai atuar na oficina ficando pessoas do GT responsáveis em:

- ✓ Elaborar apresentação em *Power Point*, lista de presença;
- ✓ Providenciar lanche e transporte para a população;
- ✓ Passar lista de presença, fotografar, pontuar o tempo;
- ✓ Conduzir a atividade, com exposições sobre os temas;

- ✓ Acompanhar os grupos de trabalho auxiliando, orientando e registrando a atividade com elementos que vão subsidiar a próxima oficina;
- ✓ Sistematização dos questionários com temas geradores para subsidiar a próxima oficina.

Sugere-se a seguinte programação para a oficina de diagnóstico participativo com duração de 4 horas:

ATIVIDADE	HORÁRIO
Abertura com boas vindas; apresentação do objetivo/programação; dinâmica de apresentação dos participantes	20 minutos
Vídeo para sensibilização	10 minutos
Apresentação sobre saneamento básico; o PMSB, objetivos e etapas; participação e controle social; metodologias participativas de planejamento para atuação nas etapas de elaboração do PMSB	30 minutos
Dinâmica para composição de grupos de trabalho	10 minutos
Grupo de trabalho para discussão e resposta ao questionário com tema gerador	50 minutos
Intervalo para lanche	15 minutos
Construção do Biomapa; apresentação do diagnóstico técnico como forma complementar de informações para o Biomapa; apresentação dos mapas	90 minutos
Avaliação e encerramento	15 minutos

Sobre o planejamento da atividade, segue resumo esquemático de orientação.

PLANEJAMENTO	DESENVOLVIMENTO
Público	Até 50 pessoas, dentre as quais lideranças comunitárias formais e informais, agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde, professores, pais e alunos, representantes de entidades, ONG, conselheiros, moradores em geral
Local	Espaço amplo, com cadeiras móveis, localizado em cada setor de mobilização
Duração	4 horas
Coordenação	GT
Convite/Mobilização	Cartazes, faixa, mobilização com entrega de convite porta a porta, carro de som, <i>Facebook</i> , grupos no <i>WhatsApp</i> , chamada em rádio e site
Metodologia	Participativa; dialógica; expositiva; trabalho em subgrupos com discussão sobre os temas/problematização/soluções; prática com exercício de construção do Biomapa; exibição de vídeo; leitura de texto
Linguagem	Adequada às características do público participante
Recursos	Espaço amplo com cadeiras móveis, mesas, equipamento de sonorização, <i>Datashow</i> , telão, papel craf, canetas coloridas, mapa do território das localidades, papel branco, cartolinas, fita crepe
Material de apoio	Apresentação em <i>Power Point</i> sobre saneamento básico, PMSB, participação e controle social, mobilização e comunicação social, metodologias participativas de planejamento para atuação nas etapas de elaboração do PMSB, principais pontos do diagnóstico técnico sobre a caracterização do município e da prestação dos serviços de saneamento básico e etapas de elaboração do PMSB; questionário com temas geradores (Anexo II)
Evidências	Instrumentos e estratégias de divulgação, lista de presença, fotografias, Biomapa, sistematização da problematização/solução a partir dos temas geradores

Ao final da oficina, as contribuições dos participantes serão agregadas ao diagnóstico técnico gerando um único documento, agora também participativo, da caracterização do município e da prestação dos serviços de saneamento básico, subsidiando os estudos de cenários, programas, projetos e ações e a determinação de objetivos e metas do PMSB.

4.1.2.2 Oficina de Validação do Diagnóstico, Estudo de Cenários, Prognósticos, Programas, Projetos e Ações

A segunda oficina estabelecida na metodologia do PMSB tem como objetivo validar o diagnóstico técnico participativo e a partir dele apresentar e discutir estudos de cenários para o planejamento das ações de saneamento básico no município, discutir e definir prioridades e como executá-las. Em função da grande extensão territorial do município, com dificuldades de deslocamentos entre as localidades e alto custo para a realização da série de eventos em todas elas, sugere-se por reunir numa única oficina, de quatro horas, os temas: validação do diagnóstico, estudo de cenários e prognóstico e programas, projetos e ações.

A oficina terá um primeiro momento para apresentação dos resultados do diagnóstico técnico participativo, análise e aprovação pela população. Em seguida, será divulgada a sistematização dos problemas e propostas de soluções indicados pelos participantes nos questionários com temas geradores, discutidos e respondidos na oficina anterior. As propostas serão aprofundadas em discussão e elencadas em prioridades, bem como a indicações de ações, projetos e programas. A atividade será coordenada por integrantes do GT, sendo importante definir a equipe considerando-se as seguintes tarefas:

- ✓ Elaborar apresentação em *Power Point*, lista de presença;
- ✓ Providenciar lanche e transporte para a população;
- ✓ Passar lista de presença, fotografar, pontuar o tempo;
- ✓ Conduzir a atividade, com exposições sobre os temas;
- ✓ Acompanhar os grupos de trabalho auxiliando, orientando e registrando a atividade com elementos que vão subsidiar a formulação do PMSB;
- ✓ Sistematização das informações em geral para subsidiar a formulação do PMSB.

Sugere-se a seguinte programação para a oficina de validação do diagnóstico, estudo de cenários, prognóstico, programas, projetos e ações, com duração de 4 horas:

ATIVIDADE	HORÁRIO
Abertura com boas vindas; apresentação do objetivo/programação; dinâmica de apresentação dos participantes	20 minutos
Vídeo para sensibilização	10 minutos
Apresentação, análise e aprovação do diagnóstico técnico participativo	40 minutos
Dinâmica para composição de grupos de trabalho	10 minutos
Apresentação da sistematização dos problemas e propostas de soluções	40 minutos
Intervalo para lanche	15 minutos
Grupo de trabalho para discussão de problemas e soluções, elencando prioridades	90 minutos
Avaliação e encerramento	15 minutos

Sobre o planejamento da atividade, segue resumo esquemático de orientação.

PLANEJAMENTO	DESENVOLVIMENTO
Público	Até 50 pessoas, dentre as quais lideranças comunitárias formais e informais, agentes de combate a endemias, agentes comunitários de saúde, professores, pais e alunos, representantes de entidades, ONG, conselheiros, moradores em geral
Local	Espaço amplo, com cadeiras móveis, localizado em cada setor de mobilização
Duração	4 horas
Coordenação	GT
Convite/Mobilização	Cartazes, faixa, mobilização com entrega de convite porta a porta, carro de som, <i>Facebook</i> , grupos no <i>WhatsApp</i> , chamada em rádio e site
Metodologia	Participativa; dialógica; expositiva; trabalho em subgrupos com discussão sobre os temas/problematização/soluções; exibição de vídeo
Linguagem	Adequada às características do público participante
Recursos	Espaço amplo com cadeiras móveis, mesas, equipamento de sonorização, <i>Datashow</i> , telão, papel craf, canetas coloridas, mapa do território das localidades, papel branco, cartolinas, fita crepe
Material de apoio	Biomapa, apresentação em <i>Power Point</i> com principais pontos do diagnóstico técnico e participativo sobre a caracterização do município e da prestação dos serviços de saneamento básico, sistematização dos problemas e soluções levantados na oficina anterior
Evidências	Instrumentos e estratégias de divulgação, lista de presença, fotografias, sistematização da problematização/solução a partir dos temas geradores

Ao final da oficina, o diagnóstico técnico e participativo estará válido e as contribuições dos participantes serão sistematizadas no prognóstico, nas diretrizes para programas, projetos e sistemas de gestão do saneamento básico e consistirão da versão preliminar do PMSB que será colocado à disposição para consulta pública.

4.1.3 Consulta Pública

Consolidado o PMSB após as contribuições da série de oficinas, a próxima etapa é disponibilizar a primeira versão do documento final para consulta pública, processo democrático de construção de políticas públicas de forma conjunta entre município e população. O plano ficará exposto em locais públicos como a Câmara Municipal e Prefeitura Municipal, e ainda de forma virtual, para consulta de quaisquer do povo por um período determinado, sendo abertos canais de recebimento de sugestões, dúvidas, críticas. As contribuições serão sistematizadas e apresentadas num evento de encerramento do prazo da consulta pública sendo comentadas, rejeitadas ou agregadas ao plano que posteriormente será encaminhado para aprovação em audiência pública, seguindo depois para oficialização na Câmara Municipal.

Importante o GT definir a equipe que ficará responsável por:

- ✓ Encaminhar a versão preliminar do PMSB para consulta física e virtual;
- ✓ Publicar o edital de consulta pública no Diário Oficial do Município;
- ✓ Receber, responder e sistematizar as contribuições populares.

Sobre o planejamento da atividade, segue resumo esquemático de orientação.

PLANEJAMENTO	DESENVOLVIMENTO
Público	População em geral
Local	Câmara e Prefeitura Municipal, virtualmente no site e perfil do <i>Facebook</i> da prefeitura
Canais de recebimento de contribuições	Criação de e-mail, centralizando recebimento/resposta pelo GT
Duração	30 dias
Coordenação	GT
Convite/Mobilização	Cartazes, folder/folheto, carro de som, <i>Facebook</i> , grupos no <i>WhatsApp</i> , anúncio em rádio/jornal/sites, edital no diário oficial do município (Anexo III), comunicado em quadros de avisos de órgãos públicos

A segunda parte da consulta pública é a realização da reunião para apresentação das contribuições e segunda versão preliminar do PMSB. Para esta atividade, é importante o GT definir a equipe que ficará responsável por:

- ✓ Publicar o edital de consulta pública no Diário Oficial do Município;
- ✓ Sistematizar as contribuições populares;
- ✓ Elaborar apresentação em *Power Point* das contribuições;
- ✓ Passar lista de presença, fotografar, pontuar o tempo;
- ✓ Conduzir a atividade, com exposições sobre os temas;
- ✓ Regulamentar as intervenções públicas;
- ✓ Sistematização das informações em geral para subsidiar a formulação do PMSB.

Sobre o planejamento da atividade, segue resumo esquemático de orientação.

PLANEJAMENTO	DESENVOLVIMENTO
Público	População em geral, gestores municipais, vereadores, EMBASA, Ministério Público, conselheiros
Local	Câmara ou Prefeitura Municipal
Duração	4 horas
Coordenação	GT
Convite/Mobilização	Cartazes, folheto/folder, faixa, mobilização com entrega de convite porta a porta, carro de som, <i>Facebook</i> , grupos no <i>WhatsApp</i> , anúncio em rádio/jornal/sites, edital no diário oficial do município (Anexo IV) com prazo de 10 dias de antecedência, comunicado em quadros de avisos de órgãos públicos
Metodologia	Participativa, dialógica, expositiva
Linguagem	Adequada às características do público participante
Recursos	Espaço amplo com cadeiras, equipamento de sonorização, <i>Datashow</i> , telão, papel branco, canetas
Material de apoio	Apresentação em <i>Power Point</i> com principais pontos da primeira versão do documento final
Registro e evidências	Instrumentos e estratégias de divulgação, lista de presença, ata, fotografias, sistematização das contribuições, documento final

4.1.3.1 Audiência Pública

A audiência pública terá o caráter de apresentação do documento final do PMSB visando sua aprovação por parte da população. Para sua realização é necessário solicitar pauta na Câmara Municipal, sendo importante a articulação junto aos vereadores sobre o processo o PMSB e suas etapas de elaboração, culminando na reunião de audiência pública para aprovação e posteriormente da instância legislativa.

Quanto ao planejamento da audiência, é importante o GT definir a equipe que ficará responsável por:

- ✓ Publicar o edital de audiência pública no Diário Oficial do Município;
- ✓ Elaborar apresentação em *Power Point* sobre o PMSB;
- ✓ Passar lista de presença, fotografar, pontuar o tempo;
- ✓ Conduzir a atividade, com exposições sobre os temas;
- ✓ Regulamentar as intervenções públicas;
- ✓ Sistematização das informações em geral sobre a aprovação do PMSB.

Sobre o planejamento da atividade, segue resumo esquemático de orientação.

PLANEJAMENTO	DESENVOLVIMENTO
Público	População em geral, gestores municipais, vereadores, EMBASA, Ministério Público, conselheiros
Local	Câmara Municipal
Duração	2 horas
Coordenação	GT
Convite/Mobilização	Cartazes, folheto/folder, faixa, mobilização com entrega de convite porta a porta, carro de som, <i>Facebook</i> , grupos no <i>WhatsApp</i> , anúncio em rádio/jornal/sites, edital no diário oficial do município (Anexo V) com prazo de 10 dias de antecedência, comunicado em quadros de avisos de órgãos públicos
Metodologia	Participativa, dialógica, expositiva
Linguagem	Adequada às características do público participante
Recursos	Espaço amplo com cadeiras, equipamento de sonorização, <i>Datashow</i> , telão, papel branco, canetas
Material de apoio	Apresentação em <i>Power Point</i> com principais pontos da primeira versão do documento final
Registro e evidências	Instrumentos e estratégias de divulgação, lista de presença, ata, fotografias, sistematização das contribuições, documento final

4.1.4 Comunicação Social

Segundo o autor Juan Díaz Bordenave, a comunicação “serve para que as pessoas se relacionem entre si, transformando-se mutuamente e a realidade que as rodeia” e para o consultor Rodolfo Alexandre Inácio Cascão, ela é um dos quatro componentes da mobilização social, juntamente com as dimensões da organização, educação e cultura. Nesse sentido, as estratégias de comunicação contribuem para a sensibilização, difusão do conhecimento e participação da sociedade nos processos de transformação, como é o caso da elaboração do PMSB. Para que as pessoas se disponham a participar e descubram de que forma podem contribuir, Toro & Werneck (1997) destacam que as informações claras sobre os objetivos, as metas, a situação atual e as prioridades da mobilização social a cada momento sejam os objetivos da comunicação social no apoio a um movimento. Para concluírem que:

“O projeto de comunicação de um processo de mobilização tem como meta o compartilhamento, o mais abrangente possível, de todas as informações relacionadas com o movimento, o que inclui desde os objetivos, as informações que justificam sua proposição, até as ações que estão sendo desenvolvidas em outros lugares, por outras pessoas, o que pensam os diversos segmentos da sociedade a respeito das ideias propostas, etc.”.

(TORO & WERNEK, 1997)

A comunicação como dimensão da mobilização social do PMSB deve considerar os seguintes aspectos:

- ✓ Convocatória de vontades para um município com prestação de serviços de saneamento básico com excelência culminando com melhorias na qualidade de vida;
- ✓ Linguagem adequada aos diferentes públicos, sejam eles categorizados (mulheres, família, homens, criança e adolescente, jovens, adultos, alunos, GLTB, etc.) ou por nível de compreensão/entendimento das informações, mesclando linguagens textual e visual;
- ✓ Respeitar diferenças culturais, religiosas, de visões de mundo, identitárias, tradições;
- ✓ Potencialização das estratégias habituais de comunicação e criação de novas.

A comunicação deve ser assumida pelo setor responsável da Prefeitura Municipal, sendo suas estratégias discutidas em conjunto com o GT. Nesse sentido, orienta-se a criação de uma identidade visual para o PMSB, sendo a logomarca aplicada a todas as peças de divulgação como convites, faixas, cartazes, folders, folhetos, etc. O **Quadro 4.1** sintetiza a produção de mídias, seus quantitativos e usos/divulgação ao longo das etapas de elaboração do plano.

Quadro 4.1 - Síntese de mídias, quantitativos e uso/divulgação

MÍDIA	QUANTITATIVO	CONTEÚDO	USO/DIVULGAÇÃO
Logomarca	01	- Identidade visual	- Aplicação em todo o material de divulgação do PMSB
Banner	01 ou mais de um caso forem realizadas oficinas concomitantes	- Identidade visual - Chamamento para participar do PMSB - Slogan	- Oficina 1 - Oficina 2 - Consulta pública - Audiência pública
Folder	15.000	- Identidade visual - Slogan - Questões do SB em Itaparica - Etapas do PMSB	- Mobilização interna - Mobilização porta a porta - Oficina 1 - Oficina 2 - Consulta pública - Audiência pública
Cartazes	150	- Identidade visual - Slogan - Chamamento para as atividades - Importância da participação	- Mobilização interna - Oficina 1 - Oficina 2 - Consulta pública - Audiência pública
Convites	40.000	- Identidade visual - Slogan - Chamamento para as atividades - Importância da participação	- Oficina 1 - Oficina 2 - Consulta pública - Audiência pública
Faixa	10	- Identidade visual - Slogan - Chamamento para as atividades - Importância da participação	- Consulta pública - Audiência pública
Mapa territórios	4	- Identidade visual - Ruas, praças, pontos de referência de cada localidade	- Oficina 1
Apresentação PowerPoint	05	- Identidade visual - Slogan - Questões do SB em Itaparica - Etapas do PMSB	- Mobilização interna - Oficina 1 - Oficina 2 - Consulta pública - Audiência pública
Site Prefeitura Municipal	01	- Identidade visual - Slogan - Questões do SB em Itaparica - Etapas do PMSB - Chamamento para as atividades - Importância da participação	- Mobilização interna - Oficina 1 - Oficina 2 - Consulta pública - Audiência pública

(continua)

Quadro 4.1- Síntese de mídias, quantitativos e uso/divulgação (conclusão)

MÍDIA	QUANTITATIVO	CONTEÚDO	USO/DIVULGAÇÃO
Facebook	01	- Identidade visual - Slogan - Questões do SB em Itaparica - Etapas do PMSB - Chamamento para as atividades - Importância da participação	- Mobilização interna - Oficina 1 - Oficina 2 - Consulta pública - Audiência pública
Carro de som + spot	04	- Slogan - Questões do SB em Itaparica - Chamamento para as atividades - Importância da participação	- Oficina 1 - Oficina 2 - Consulta pública - Audiência pública
Whatsapp	01	- Identidade visual - Slogan - Questões do SB em Itaparica - Etapas do PMSB - Chamamento para as atividades - Importância da participação	- Mobilização interna - Oficina 1 - Oficina 2 - Consulta pública - Audiência pública
Rádio	5	- Slogan - Questões do SB em Itaparica - Etapas do PMSB - Chamamento para as atividades - Importância da participação	- Mobilização interna - Oficina 1 - Oficina 2 - Consulta pública - Audiência pública
Sites diversos	5	- Identidade visual - Slogan - Questões do SB em Itaparica - Etapas do PMSB - Chamamento para as atividades - Importância da participação	- Mobilização interna - Oficina 1 - Oficina 2 - Consulta pública - Audiência pública
Diário Oficial do Município	3	- Editais de convocação	- Consulta pública - Reunião de consulta pública - Audiência pública

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Legislação do saneamento/Secretaria de Desenvolvimento Urbano. 3. ed. Salvador: EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA. 2011. 155p.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Na trilha com o educador: uma experiência de educação ambiental no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Bahia: Secretaria do Meio Ambiente. Salvador: EGBA, 2015. 200p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. 100p.

< <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/itaparica.pdf>>, acesso em 29/09/2017, às 11:06h.

< <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=291610>>, acesso em 29/09/2017, às 11:08h.

<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/42977044/Controle_Social_rec.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1505494062&Signature=rVvE5mo1h78pFTPZYAfMT%2FNMFw8%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DControle_Social_rec.pdf>, acesso em: 15/09/2017, às 12:48h.

TORO A, José Bernardo. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. José Bernardo Toro A., Nísia Maria Duarte Wernek. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior -ABEAS, UNICEF, 1997. 104p.

**ANEXO I – QUESTIONÁRIOS ESTRUTURADOS PARA LEVANTAMENTO DE DADOS JUNTO AOS
ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS**

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPARICA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL – ROTEIRO DE LEVANTAMENTO DE DADOS

1. Qual a infraestrutura de pessoal, física e de equipamentos da assessoria de comunicação (salas de reunião, auditório, Datashow, equipamento de sonorização, carros, profissionais, etc.)?
2. Qual o organograma da assessoria de comunicação?
3. Qual a dotação orçamentária para comunicação? Há contratação de agência de comunicação? Se sim, qual?
4. Quais os veículos de comunicação utilizados pela prefeitura?
5. Quais os veículos de comunicação (jornal, site, rádio, blog) do município e/ou região?
6. Há parcerias/convênios com outros órgãos governamentais, entidades, ONG, etc., no desenvolvimento de ações de comunicação?
7. Quais as ações de comunicação com a temática saneamento básico/ambiental (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem, meio ambiente)?
8. Quais as principais estratégias de mobilização praticadas pela prefeitura?

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPARICA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL – ROTEIRO DE LEVANTAMENTO DE DADOS

1. Descreva a relação dos equipamentos públicos de educação (zona urbana e rural).
2. Qual a infraestrutura de pessoal, física e de equipamentos da secretaria (salas de reunião, auditório, Datashow, carros, profissionais etc.)?
3. Qual o organograma da secretaria?
4. Qual a dotação orçamentária da secretaria e disponível para planos, programas e projetos?
5. Quais planos, programas e projetos em andamento? Algum de Educação Ambiental? Ex.:
6. Há previsão de desenvolvimento de planos, programas e projetos?
7. Há parcerias/convênios com outros órgãos governamentais, entidades, ONG etc. no desenvolvimento de planos, programas e projetos?
8. Descreva o quantitativo de público atendido por escolas, discriminando as séries ofertadas.
9. Há interface das ações da secretaria/escolas com a temática saneamento básico/ambiental (água, esgoto, resíduos sólidos, drenagem e meio ambiente)?
10. Quais as principais estratégias de mobilização praticadas nas ações da secretaria/escolas?
11. Descreva a sistemática de acompanhamento das escolas e/ou de instâncias participativas como conselhos, comitês, fóruns, coletivos etc.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPARICA
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, MEIO AMBIENTE E ESPORTE
DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL – ROTEIRO DE LEVANTAMENTO DE DADOS

1. Descreva a relação dos equipamentos públicos de turismo, cultura, meio ambiente e esporte (zona urbana e rural).
2. Qual a infraestrutura de pessoal, física e de equipamentos da secretaria (salas de reunião, auditório, Datashow, carros, profissionais, palanque, toldo, equipamento de sonorização, etc.)?
3. Qual o organograma da secretaria?
4. Qual a dotação orçamentária da secretaria e disponível para planos, programas e projetos?
5. Quais planos, programas e projetos em andamento? Ex.: Programa de Educação Ambiental; Plano de Controle Ambiental (PCA); Programas Básicos Ambientais (PBA); Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), etc.
6. Há previsão de desenvolvimento de planos, programas e projetos?
7. Há parcerias/convênios com outros órgãos governamentais, entidades, ONG, etc. no desenvolvimento de planos, programas e projetos?
8. Quais as principais manifestações culturais, atividades esportivas e de turismo do município e formas de lazer da população?
9. Qual o calendário anual de atividades culturais, esportivas, de lazer, meio ambiente e turismo?
10. Quais são as instituições, ONG, grupos envolvidos nas atividades?
11. Descreva o quantitativo de público participante das atividades e se há aumento sazonal de população?
12. Há interface das ações da secretaria com a temática saneamento básico/ambiental (água, esgoto, resíduos sólidos, drenagem e meio ambiente)?
13. Quais as principais estratégias de mobilização praticadas nas ações da secretaria?
14. Descreva a sistemática de acompanhamento da secretaria em instâncias participativas como conselhos, comitês, fóruns, coletivos etc.
15. Quais as áreas de maior relevância socioambiental?

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPARICA
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE
DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL – ROTEIRO DE LEVANTAMENTO DE DADOS

1. Quais planos, programas e projetos na área socioambiental em andamento? Ex.: Programa de Educação Ambiental; Plano de Controle Ambiental (PCA); Programas Básicos Ambientais (PBA); Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), etc.
2. Há previsão de desenvolvimento de outros planos, programas e projetos na área socioambiental?
3. Há dotação orçamentária para esses planos, programas e projetos?
4. Há parcerias com outros órgãos governamentais, entidades, ONG, etc., no desenvolvimento de planos, programas e projetos?
5. Qual a infraestrutura de pessoal, física e de equipamentos da secretaria (salas de reunião, auditório, Datashow, carros, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores ambientais, biólogos etc.)?
6. Qual o organograma da superintendência?
7. Quais as principais estratégias de mobilização socioambiental praticadas nas ações da superintendência?
8. Quais as áreas de maior relevância socioambiental?
9. Qual a sistemática de acompanhamento das ações e/ou de instâncias participativas como conselhos, comitês, fóruns, coletivos, etc.?

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPARICA

SECRETARIA DE SAÚDE

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL – ROTEIRO DE LEVANTAMENTO DE DADOS

1. Quais os equipamentos públicos de saúde (zonas urbana e rural)?
2. Qual a infraestrutura de pessoal, física e de equipamentos da secretaria (salas de reunião, auditório, Datashow, carros, médicos/especialidades, ambulâncias, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, etc.)?
3. Qual o organograma da secretaria?
4. Qual a dotação orçamentária da secretaria é disponível para planos, programas e projetos?
5. Quais planos, programas e projetos em andamento?
6. Há previsão de desenvolvimento de outros planos, programas e projetos?
7. Há parcerias/convênios com outros órgãos governamentais, entidades, ONG, etc., no desenvolvimento de planos, programas e projetos?
8. Dados epidemiológicos: número de casos de doenças, incidência, mortalidade, quantitativo de atendimentos, etc.
9. Quais as principais estratégias de mobilização praticadas nas ações da secretaria?
10. Descreva a sistemática de acompanhamento das ações e/ou de instâncias participativas como conselhos, comitês, fóruns, coletivos, etc.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPARICA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, AGRICULTURA E PESCA

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL – ROTEIRO DE LEVANTAMENTO DE DADOS

1. Quais os equipamentos públicos de ação social, agricultura e pesca (zonas rural e urbana)?
2. Qual a infraestrutura de pessoal, física e de equipamentos da secretaria (salas de reunião, auditório, Datashow, carros, profissionais, etc.)?
3. Qual o organograma da secretaria?
4. Qual a dotação orçamentária da secretaria e disponível para planos, programas e projetos?
5. Quais os planos, programas e projetos em andamento? Ex.: Programa de Educação Ambiental; Programa de Comunicação Social; Programa de Assistência Social.
6. Quantos inscritos nos programas como Bolsa Família, Defeso de Pesca, Programa de Agricultura Familiar e outros?
7. Há previsão de desenvolvimento de outros planos, programas e projetos?
8. Há parcerias/convênios com outros órgãos governamentais, entidades, ONG, etc., no desenvolvimento de programas e projetos?
9. Quantitativo de público atendido por segmento, projeto, programa e ação.
10. Há interface das ações da secretaria com a temática saneamento básico (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem, meio ambiente)?
11. Quais as principais estratégias de mobilização praticadas nas ações da secretaria?
12. Descreva a sistemática de acompanhamento das entidades e/ou de instâncias participativas como conselhos, comitês, fóruns, coletivos, etc.

ANEXO II - TEMAS GERADORES PARA O DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE ITAPARICA
OFICINA DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO
TEMAS GERADORES – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Data		
Local		
Grupo		
Participantes		
PERGUNTAS ORIENTADORAS	SITUAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS E SOLUÇÕES
Como é o fornecimento de água? Há rodízio, intermitência?		
Como é a qualidade da água?		
Quantos imóveis não estão ligados à rede pública de abastecimento?		
Quantos imóveis possuem reservatório?		
Há ligações clandestinas de água?		
Há outros tipos de fornecimento de água (poços artesianos, cisternas, cacimbas, barragens, fontes)?		
Qual o índice de perdas de água no sistema de abastecimento?		
Há captação de água da chuva? Como, quais cuidados são tomados?		

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE ITAPARICA
OFICINA DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO
TEMAS GERADORES – ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Data		
Local		
Grupo		
Participantes		
PERGUNTAS ORIENTADORAS	SITUAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS E SOLUÇÕES
Há rede pública de esgotamento sanitário?		
Quantos imóveis estão ligados à rede de esgotamento sanitário?		
Se não há rede de esgotamento sanitário, quais as opções de tratamento de esgoto?		
Há ligação da rede domiciliar de esgoto na rede de drenagem de água pluvial?		
Há ocorrência de esgoto a céu aberto? Ou outra situação semelhante?		
Existem imóveis sem sanitários? Ou com banheiros fora de casa, tipo casinha, a céu aberto?		
Como é feito o tratamento de efluentes no município?		
Há lançamento de efluentes nos rios, mangues, mar?		

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE ITAPARICA
OFICINA DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO
TEMAS GERADORES – ÁGUAS PLUVIAIS

Data		
Local		
Grupo		
Participantes		
PERGUNTAS ORIENTADORAS	SITUAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS E SOLUÇÕES
Há rede de drenagem de águas pluviais, com boca de lobo, galerias, valas? São suficientes?		
Para onde essa água é escoada?		
Há locais de alagamento? Quais os obstáculos para a água escorrer?		
As vias e espaços públicos são impermeabilizados ou há áreas verdes para infiltração da água?		
Os quintais dos imóveis são impermeabilizados ou há áreas verdes para infiltração da água?		
Há ligação de efluentes na rede de drenagem de águas pluviais?		

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE ITAPARICA
OFICINA DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO
TEMAS GERADORES – RESÍDUOS SÓLIDOS

Data		
Local		
Grupo		
Participantes		
PERGUNTAS ORIENTADORAS	SITUAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS E SOLUÇÕES
Quantos sacos de lixo são produzidos por pessoa, por dia?		
Há coleta de lixo? Como é feita (dia da semana, periodicidade, porta a porta)? Atende à toda a comunidade?		
Como é feito o descarte do lixo pelos moradores?		
Há lixeiras nas localidades, na sede? São suficientes?		
Há coleta seletiva de lixo? Qual o destino?		
Há catadores de material reciclável? Estão organizados em cooperativas, associações?		
Para onde vai o resíduo sólido das localidades? Lixão, aterro sanitário, reciclagem?		
Há queima de lixo?		
Há destino para o lixo orgânico como a compostagem?		
Há descarte de lixo nos cursos d'água como rios, mangue, mar?		
Há pontos de coleta para materiais especiais como pilhas, baterias, lâmpadas?		

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE ITAPARICA
OFICINA DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO
TEMAS GERADORES – VETORES E DOENÇAS

Data		
Local		
Grupo		
Participantes		
PERGUNTAS ORIENTADORAS	SITUAÇÃO	ENCAMINHAMENTOS E SOLUÇÕES
Quais as principais doenças que atingem a população relacionadas ao saneamento básico?		
Quais os principais focos de alojamento de hospedeiros/reservatórios de animais e vetores de doenças?		
Como são combatidos e controlados os vetores/reservatórios de doenças?		
Qual o grau de qualidade de vida considerando o saneamento básico?		

**ANEXO III – MINUTA DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA À
PRIMEIRA VERSÃO DO PMSB**

Edital Convocação Consulta do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Itaparica

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPARICA, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe confere a legislação pertinente, CONVOCA a população em geral para participar da Consulta Pública ao Plano Municipal de Saneamento Básico, de XX de XXX a XX de XXX de 2017. O plano será publicado no site www.Itaparica.ba.gov.br e disponibilizado fisicamente na Câmara Municipal e Prefeitura Municipal estando a Versão Preliminar do Plano aberta para receber comentários e sugestões on-line, pelo e-mail institucional da Prefeitura Municipal: XXXXX@XXXXX.XXX.br ou na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua João das Botas, s/nº, Centro, Itaparica-BA.

XX de XXXXX de 2017.

Marlylda Barbuda dos Santos
Prefeita Municipal

**ANEXO IV – MINUTA DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA À
PRIMEIRA VERSÃO DO PMSB**

EDITAL DE CONSULTA PÚBLICA AO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ITAPARICA

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A Prefeitura Municipal de Itaparica-BA, inscrita no CNPJ nº XXXXXX/XXXX, atendendo ao disposto no artigo 19, inciso V, § 5º, da Lei Federal 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e legislação complementar, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização da Consulta Pública para apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Itaparica.

Art. 2º. O Plano Municipal de Saneamento Básico é instrumento base para implementação de políticas públicas visando à universalização do atendimento e à eficácia das metas e ações na área de saneamento com foco no alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental e define como se dará a prestação de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais, e ações de combate e controle a vetores e reservatórios de doenças.

CAPÍTULO II – DO OBJETIVO

Art. 3º. A Consulta Pública tem por objetivo apresentar o conteúdo do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Itaparica – Versão Preliminar, ouvir a opinião da sociedade e recolher dos interessados as contribuições, opiniões e sugestões, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na elaboração do Plano.

Parágrafo Único. A realização desta Consulta Pública se coaduna com um dos princípios fundamentais estabelecidos na Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, pautada em processos decisórios institucionalizados.

CAPÍTULO III - DA DIVULGAÇÃO DA CONSULTA

Art. 4º. Será dada ampla publicidade da Consulta nos jornais locais, rádios e internet, utilizando os veículos de imprensa disponíveis.

§1º. Os interessados poderão consultar os conteúdos referentes ao objeto da consulta no site da Prefeitura Municipal (www.Itaparica.ba.gov.br), bem como cópia física na Câmara Municipal e Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO IV – DA REALIZAÇÃO DA CONSULTA

Art. 5º - A Consulta Pública ocorrerá no dia XX/XX/XXXX (XXXX-feira).

§ 1º. A Consulta de apresentação do Plano e demais elementos pertinentes será realizada na XXXXXXXX, situada à Rua XXXXXXXX, bairro XXXXX, nesta cidade de Itaparica, estado da Bahia, no horário das XXh00 às XXh00, podendo prosseguir até as XXh00min, conforme deliberação da mesa coordenadora, caso haja necessidade.

§ 2º. A entrada é franqueada e a participação de todos os interessados é gratuita, onde qualquer pessoa física ou jurídica poderá participar e contribuir no processo da Consulta Pública.

CAPÍTULO V – FORMA DE PARTICIPAÇÃO

Art. 6º. É condição para a participação da Consulta a prévia inscrição, que ocorrerá na data e local especificados no artigo 6º.

§ 1º. O período de inscrição e credenciamento dos participantes dar-se-á das XXh00 às XXh00. Após esse prazo não será permitido o credenciamento de pessoas interessadas no uso de intervenção oral durante a Consulta, na forma deste regimento.

Art. 7º. Será permitido o credenciamento de qualquer pessoa que eventualmente queira se manifestar na plenária.

§ 1º. O credenciamento se dará no ato da inscrição, através de preenchimento de ficha específica. Os questionamentos deverão ser redigidos em fichas oficiais fornecidas pela Prefeitura Municipal de Itaparica a ser disponibilizada no local da Consulta.

§ 2º. As fichas deverão ter seus campos corretamente preenchidos, e de forma legível, sob pena de não serem lidas na Plenária.

§ 3º. É facultada a apresentação de documentos na fase de inscrição, os quais serão encaminhados à mesa coordenadora para leitura em ocasião oportuna e ficarão à disposição dos demais participantes, para consulta, no plenário.

§ 4º. Toda sugestão ou contribuição deve se referir a um documento ou item específico de cada texto disponível. É permitida a sugestão ou contribuição de qualquer trecho dos objetos da Consulta Pública, devendo ser preenchido o formulário tantas vezes quanto for o número de sugestões ou contribuições. Não há limite de sugestões ou contribuições.

§ 5º. Durante a consulta, não será admitido o uso ou a utilização de palavras ou expressões ofensivas ou injuriosas, sendo descartadas as que possuírem tal conteúdo, podendo, inclusive, ser cassada a palavra de quem as proferir.

CAPÍTULO VI - DA COORDENAÇÃO E DO ENCAMINHAMENTO DA CONSULTA

Art. 8º. O plenário da audiência será composto por representantes da Prefeitura Municipal de Itaparica, do Grupo de Trabalho - GT designado conforme Portaria nº XXXXX/2017, da Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA.

Art. 9º. Os trabalhos da Consulta Pública serão coordenados e organizados pelo GT.

§ 1º. Compete ao GT: I – Resolver os casos omissos no presente regimento, com anuência da plenária; II – Registrar a atividade, por intermédio de listas de presença e por registro audiovisual.

§ 2º. Compete ao Coordenador: I – Zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento; II – Designar um ou mais secretários que o assistam nos trabalhos; III – Fazer a leitura dos questionamentos realizados na Consulta, na forma prevista neste Regimento; IV – Controlar os tempos de intervenção e coordenar os procedimentos referentes aos questionamentos encaminhados.

Art. 10º. A Consulta Pública será realizada na forma de exposições, intervenções orais e questionamentos por escrito, na forma disciplinada neste regimento.

§ 1º. Será iniciada a intervenção oral dos participantes devidamente credenciados, respeitando-se o prazo de até 03 (três) minutos cada.

§ 2º. Após, a mesa coordenadora fará as intervenções e respostas necessárias para fechamento da Consulta.

Art. 11º. A Mesa Coordenadora constitui instância soberana para debate sobre os questionamentos e intervenções realizados.

Art. 12º. Caberá à mesa coordenadora responder ou encaminhar os questionamentos e intervenções realizados.

§ 1º. Serão permitidas manifestações dos nomeados pela mesa coordenadora para responder os questionamentos e intervenções pertinentes, de no máximo 03 (três) minutos cada.

§ 2º. Os questionamentos que não atenderem aos requisitos exigidos ou considerados impertinentes ao objeto da reunião serão automaticamente indeferidos pela mesa coordenadora, expondo-se os motivos.

Art. 13º. Ao final da Consulta Pública, será lavrada ata sucinta, sem prejuízo da gravação audiovisual.

Parágrafo Único. Serão anexados à ata todos os documentos que forem entregues ao coordenador dos trabalhos durante a Consulta Pública.

Art. 14º. Concluídas as exposições e as intervenções, o Coordenador dará por concluída a Consulta Pública.

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º. As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações emitidas no evento ou em decorrência deste terão caráter consultivo e não-vinculante, destinando-se a informar à Municipalidade, zelar pelo princípio da eficiência e assegurar a participação popular, na forma da lei, na condução dos interesses públicos;

Art. 16º. Ao final todas as sugestões e contribuições serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, sendo devidamente identificadas. Além disso, todas elas serão objeto de análise pelo Município de Itaparica, após a realização da Consulta Pública, sendo posteriormente publicado em relatório.

Itaparica, XX de XXXXXXXX de 2017.

Marlylda Barbuda dos Santos
Prefeita Municipal

**ANEXO V – MINUTA DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA APROVAÇÃO DO PMSB**

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ITAPARICA

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A Prefeitura Municipal de Itaparica-BA, inscrita no CNPJ nº XXXXXX/XXXX, atendendo ao disposto no artigo 19, inciso V, § 5º, da Lei Federal 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e legislação complementar, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização da Audiência Pública para apresentação e validação do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Itaparica.

Art. 2º. O Plano Municipal de Saneamento Básico é instrumento base para implementação de políticas públicas visando à universalização do atendimento e à eficácia das metas e ações na área de saneamento com foco no alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental e define como se dará a prestação de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais, e ações de combate e controle a vetores e reservatórios de doenças.

CAPÍTULO II – DO OBJETIVO

Art. 3º. A Audiência Pública tem por objetivo apresentar o conteúdo da versão final do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Itaparica, ouvir a opinião da sociedade que validará o documento, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na elaboração do Plano.

Parágrafo Único. A realização desta Audiência Pública se coaduna com um dos princípios fundamentais estabelecidos na Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, pautada em processos decisórios institucionalizados.

CAPÍTULO III - DA DIVULGAÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 4º. Será dada ampla publicidade da Audiência nos jornais locais, rádios e internet, utilizando os veículos de imprensa disponíveis.

CAPÍTULO IV – DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

Art. 5º - A Audiência Pública ocorrerá no dia XX/XX/XXXX (XXXX-feira).

§ 1º. A Audiência de apresentação do Plano e demais elementos pertinentes será realizada na XXXXXXXXX, situada à Rua XXXXXXXX, bairro XXXXX, nesta cidade de Itaparica, estado da Bahia, no horário das XXh00 às XXh00, podendo prosseguir até as XXh00min, conforme deliberação da mesa coordenadora, caso haja necessidade.

§ 2º. A entrada é franqueada e a participação de todos os interessados é gratuita, onde qualquer pessoa física ou jurídica poderá participar e contribuir no processo da Audiência Pública.

CAPÍTULO V – FORMA DE PARTICIPAÇÃO

Art. 6º. É condição para a participação da Audiência a prévia inscrição, que ocorrerá na data e local especificados no artigo 6º.

§ 1º. O período de inscrição e credenciamento dos participantes dar-se-á das XXh00 às XXh00. Após esse prazo não será permitido o credenciamento de pessoas interessadas no uso de intervenção oral durante a Audiência, na forma deste regimento.

Art. 7º. Será permitido o credenciamento de qualquer pessoa que eventualmente queira se manifestar na plenária.

§ 1º. O credenciamento se dará no ato da inscrição, através de preenchimento de ficha específica. Os questionamentos deverão ser redigidos em fichas oficiais fornecidas pela Prefeitura Municipal de Itaparica a ser disponibilizada no local da Audiência.

§ 2º. As fichas deverão ter seus campos corretamente preenchidos, e de forma legível, sob pena de não serem lidas na Plenária.

§ 3º. É facultada a apresentação de documentos na fase de inscrição, os quais serão encaminhados à mesa coordenadora para leitura em ocasião oportuna e ficarão à disposição dos demais participantes, para consulta, no plenário.

§ 4º. Toda sugestão ou contribuição deve se referir a um documento ou item específico de cada texto disponível. É permitida a sugestão ou contribuição de qualquer trecho dos objetos da Audiência Pública, devendo ser preenchido o formulário tantas vezes quanto for o número de sugestões ou contribuições. Não há limite de sugestões ou contribuições.

§ 5º. Durante a audiência, não será admitido o uso ou a utilização de palavras ou expressões ofensivas ou injuriosas, sendo descartadas as que possuírem tal conteúdo, podendo, inclusive, ser cassada a palavra de quem as proferir.

CAPÍTULO VI - DA COORDENAÇÃO E DO ENCAMINHAMENTO DA AUDIÊNCIA

Art. 8º. O plenário da audiência será composto por representantes da Prefeitura Municipal de Itaparica, do Grupo de Trabalho - GT designado conforme Portaria nº XXXXX/2017, da Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA.

Art. 9º. Os trabalhos da Audiência Pública serão coordenados e organizados pelo GT.

§ 1º. Compete ao GT: I – Resolver os casos omissos no presente regimento, com anuência da plenária; II – Registrar a atividade, por intermédio de listas de presença e por registro audiovisual.

§ 2º. Compete ao Coordenador: I – Zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento; II – Designar um ou mais secretários que o assistam nos trabalhos; III – Fazer a leitura dos questionamentos realizados na Audiência, na forma prevista neste Regimento; IV – Controlar os tempos de intervenção e coordenar os procedimentos referentes aos questionamentos encaminhados.

Art. 10º. A Audiência Pública será realizada na forma de exposições, intervenções orais e questionamentos por escrito, na forma disciplinada neste regimento.

§ 1º. Será iniciada a intervenção oral dos participantes devidamente credenciados, respeitando-se o prazo de até 03 (três) minutos cada.

§ 2º. Após, a mesa coordenadora fará as intervenções e respostas necessárias para fechamento da Audiência.

Art. 11º. A Mesa Coordenadora constitui instância soberana para debate sobre os questionamentos e intervenções realizados.

Art. 12º. Caberá à mesa coordenadora responder ou encaminhar os questionamentos e intervenções realizados.

§ 1º. Serão permitidas manifestações dos nomeados pela mesa coordenadora para responder os questionamentos e intervenções pertinentes, de no máximo 03 (três) minutos cada.

§ 2º. Os questionamentos que não atenderem aos requisitos exigidos ou considerados impertinentes ao objeto da reunião serão automaticamente indeferidos pela mesa coordenadora, expondo-se os motivos.

Art. 13º. Ao final da Audiência Pública, será lavrada ata sucinta, sem prejuízo da gravação audiovisual.

Parágrafo Único. Serão anexados à ata todos os documentos que forem entregues ao coordenador dos trabalhos durante a Audiência Pública.

Art. 14º. Concluídas as exposições e as intervenções, o Coordenador dará por concluída a Audiência Pública.

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15º. As deliberações, opiniões, sugestões, críticas ou informações emitidas no evento ou em decorrência deste terão caráter consultivo e não-vinculante, destinando-se a informar à Municipalidade, zelar pelo princípio da eficiência e assegurar a participação popular, na forma da lei, na condução dos interesses públicos.

Art. 16º. Ao final o Plano Municipal de Saneamento Básico será publicado no site da Prefeitura Municipal.

Itaparica, XX de XXXXXXXX de 2017.

Marlylda Barbuda dos Santos
Prefeita Municipal

ANEXO VI – MINUTA DO DECRETO PARA CRIAÇÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

DECRETO Nº xxxx, DE xx DE xxxxxx DE 2017

DEFINE ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E HOMOLOGAÇÃO DOS PRODUTOS REFERENTES A CADA FASE DA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nome do Prefeito, Prefeito do Município de xxxxx, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o Comitê de Coordenação destinado a acompanhar e homologar os produtos referentes a cada fase da elaboração do Plano de Saneamento Básico deste Município.

Art. 2º O Comitê de Coordenação será composto por:

Representante da Secretaria xxxxx:

Nome do representante 1 – Titular

Nome do representante 2 - Suplente

Repetir para o número de secretarias que for apresentar representação (de preferência todas as secretarias existentes na administração municipal deverão ter representantes no grupo)

Representante da Associação xxxxx:

Nome do representante 1 – Titular

Nome do representante 2 - Suplente

Repetir para o número de associações que for apresentar representação

Representante da EMBASA:

Nome do representante 1 – Titular

Nome do representante 2 – Suplente

O comitê de coordenação deverá apresentar no máximo 15 membros.

§1º O Comitê de Coordenação será presidido pelo representante da Secretaria xxxxxxx.

§ 2º São atribuições específicas do Presidente do Comitê de Coordenação:

I - representar o Comitê ou delegar a sua representação;

II - convocar as reuniões do Comitê sempre que solicitado por qualquer dos seus membros.

III - coordenar as reuniões e proferir o voto de qualidade nos casos de empate

Art. 3º Ao Comitê de Coordenação compete:

- a) Acompanhar todas as Fases do Trabalho e decidir sobre as responsabilidades legais inerentes ao processo de elaboração do PMSB, aprovando tarefas, prazos, diretrizes e o resultado dos conteúdos dos trabalhos (homologando os produtos referentes a cada Fase);
- b) Acompanhar e decidir sobre a elaboração do diagnóstico da situação do saneamento básico e de seus serviços no município;
- c) Acompanhar e decidir sobre as avaliações dos estudos, projetos e planos existentes dos diferentes componentes do saneamento, bem como outros que tenha relação com o saneamento básico;
- c) Propor ações para implementação ou melhoria dos serviços de saneamento básico do ponto de vista técnico e institucional;
- d) Colaborar e opinar no processo de construção do PMSB;
- e) Discutir e avaliar o trabalho produzido pela Equipe de Elaboração do Comitê Executivo;
- f) Acompanhar o andamento dos trabalhos do ponto de vista da sua viabilidade técnica, operacional, financeira, social, ambiental e institucional, buscando promover a integração das ações de saneamento básico;
- g) Apoiar a mobilização da comunidade para os eventos de participação social;
- h) Participar dos eventos de participação social;
- i) Providenciar o registro das reuniões, oficinas, consulta pública e audiência pública por meio de atas, listas de presença, fotografias e a filmagem da audiência pública.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Local, em xx de xxxxx de 2017.

INSERIR NOME DO PREFEITO

Prefeito Municipal